



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COSERN

Trimestre findo em 30 de setembro de 2016

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	71
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	129.746
Preferenciais	38.328
Total	168.074
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2016	Dividendo	18/05/2016	Ordinária		0,53832
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2016	Dividendo	18/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,59215
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2016	Dividendo	18/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,59215
Reunião do Conselho de Administração	01/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	15/08/2016	Ordinária		0,16636
Reunião do Conselho de Administração	01/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	15/08/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,18300
Reunião do Conselho de Administração	01/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	15/08/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,18300
Reunião do Conselho de Administração	01/09/2016	Dividendo	15/09/2016	Ordinária		0,19462
Reunião do Conselho de Administração	01/09/2016	Dividendo	15/09/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,21483
Reunião do Conselho de Administração	01/09/2016	Dividendo	15/09/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,21483

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.227.032	2.204.907
1.01	Ativo Circulante	622.262	715.189
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	226.260	250.878
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.516	3.042
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.516	3.042
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.516	3.042
1.01.03	Contas a Receber	316.008	358.409
1.01.03.01	Clientes	316.008	358.409
1.01.04	Estoques	2.437	3.369
1.01.06	Tributos a Recuperar	56.879	77.174
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	56.879	77.174
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.601	5.996
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.561	16.321
1.01.08.03	Outros	11.561	16.321
1.01.08.03.01	Entidade de previdência privada	347	1.390
1.01.08.03.02	Serviços em curso	3.323	2.961
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	7.891	11.970
1.02	Ativo Não Circulante	1.604.770	1.489.718
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	845.771	773.273
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.096	1.125
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.096	1.125
1.02.01.03	Contas a Receber	151.653	165.655
1.02.01.03.01	Clientes	151.653	165.655
1.02.01.06	Tributos Diferidos	73.256	86.812
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	73.256	86.812
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	618.766	519.681
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	19.308	16.950
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	17.533	15.970
1.02.01.09.05	Entidade de previdência privada	4.549	3.983
1.02.01.09.06	Concessão de serviço público (ativo financeiro)	577.376	482.778
1.02.02	Investimentos	941	941
1.02.04	Intangível	758.058	715.504
1.02.04.01	Intangíveis	758.058	715.504
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	758.058	715.504

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.227.032	2.204.907
2.01	Passivo Circulante	574.068	517.531
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.577	14.213
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.577	14.213
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	13.577	14.213
2.01.02	Fornecedores	158.510	242.297
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	158.510	242.297
2.01.03	Obrigações Fiscais	69.668	62.579
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27.458	17.850
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.771	0
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	2.061	2.488
2.01.03.01.03	Contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS	9.551	11.642
2.01.03.01.04	Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	1.336	1.560
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	358	438
2.01.03.01.06	Impostos e contribuições retidos na fonte	2.392	1.703
2.01.03.01.07	Outros	-11	19
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	42.072	43.575
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	42.072	43.575
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	138	1.154
2.01.03.03.01	Impostos sobre serviços - ISS	138	1.154
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	215.755	114.983
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	215.755	114.983
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	91.110	97.661
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	124.645	17.322
2.01.05	Outras Obrigações	108.501	73.738
2.01.05.02	Outros	108.501	73.738
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.507	1.331
2.01.05.02.04	Taxa regulamentares	25.838	30.606
2.01.05.02.05	Valores a pagar da parcela A e outros Itens Financeiros	42.808	555
2.01.05.02.06	Outros Passivos Circulantes	38.348	41.246
2.01.06	Provisões	8.057	9.721
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.057	9.721
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	120	1.198
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.517	4.954
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	4.420	3.569
2.02	Passivo Não Circulante	836.478	833.408
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	750.660	780.449
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	651.187	780.449
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	322.586	340.211
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	328.601	440.238
2.02.01.02	Debêntures	99.473	0
2.02.02	Outras Obrigações	53.046	22.568
2.02.02.02	Outros	53.046	22.568
2.02.02.02.03	Fornecedores	15.473	14.157
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	44	44

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.02.02.05	Valores a pagar da parcela A e outros Itens Financeiros	34.760	2.283
2.02.02.02.06	Outros Passivos Não Circulantes	2.769	6.084
2.02.03	Tributos Diferidos	23	45
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23	45
2.02.04	Provisões	32.749	30.346
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.749	30.346
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.627	2.324
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	25.666	23.892
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.456	4.130
2.03	Patrimônio Líquido	816.486	853.968
2.03.01	Capital Social Realizado	179.787	179.787
2.03.02	Reservas de Capital	266.766	266.766
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	179.315	179.315
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	4.648	4.647
2.03.02.08	Reserva de Incentivo Fiscal	82.428	82.429
2.03.02.09	Outras	375	375
2.03.04	Reservas de Lucros	316.377	408.917
2.03.04.01	Reserva Legal	35.957	35.957
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	280.124	280.124
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	92.540
2.03.04.10	Outras	296	296
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	54.819	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.263	-1.502

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	436.617	1.273.257	409.289	1.308.699
3.01.01	Receita Bruta	674.744	2.000.663	635.863	1.976.457
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-238.127	-727.406	-226.574	-667.758
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-333.437	-960.882	-326.544	-1.015.576
3.03	Resultado Bruto	103.180	312.375	82.745	293.123
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-37.263	-118.177	-32.533	-97.902
3.04.01	Despesas com Vendas	-15.525	-50.380	-11.039	-32.341
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.738	-67.797	-21.494	-65.561
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	65.917	194.198	50.212	195.221
3.06	Resultado Financeiro	-18.334	-52.121	-17.240	-34.973
3.06.01	Receitas Financeiras	26.809	310.684	162.410	338.525
3.06.02	Despesas Financeiras	-45.143	-362.805	-179.650	-373.498
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	47.583	142.077	32.972	160.248
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.187	-25.203	-1.919	-19.651
3.08.01	Corrente	-3.957	-17.351	5.682	-17.344
3.08.02	Diferido	-230	-7.852	-7.601	-2.307
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	43.396	116.874	31.053	140.597
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	43.396	116.874	31.053	140.597
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,25244	0,67999	0,18064	0,81787
3.99.01.02	PNA	0,27769	0,74786	0,19871	0,89966
3.99.01.03	PNB	0,27769	0,74786	0,19871	0,89966

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	43.396	116.874	31.053	140.597
4.02	Outros Resultados Abrangentes	79	239	76	228
4.03	Resultado Abrangente do Período	43.475	117.113	31.129	140.825

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	245.457	204.780
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	322.878	259.467
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e CSLL	142.077	160.248
6.01.01.02	Amortização	48.113	45.736
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	83.433	48.415
6.01.01.04	Valor justo ativo financeiro	-25.469	-18.857
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível baixado	3.865	2.042
6.01.01.06	Provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	5.707	5.926
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.361	-9.896
6.01.01.08	Ativos financeiros setoriais	59.154	26.081
6.01.01.09	Atualização monetária benefício pós emprego	-363	-228
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-77.421	-54.687
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	50.042	-10.700
6.01.02.02	IR e CSLL a recuperar	13.247	-42.172
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	18.407	-24.731
6.01.02.04	Estoques	932	-69
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-847	7.587
6.01.02.07	Despesas pagas antecipadamente	-605	-89
6.01.02.08	Entidade de previdência privada	1.314	1.222
6.01.02.09	Outros ativos	-1.375	-10.374
6.01.02.10	Fornecedores	-82.471	-11.874
6.01.02.11	Salários e encargos a pagar	-636	4.766
6.01.02.12	Encargos da dívida e swap pagos	-53.411	-41.191
6.01.02.13	Taxas regulamentares	-5.894	25.849
6.01.02.14	IR e CSLL pagos	-11.556	19.221
6.01.02.15	Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	-4.704	-4.111
6.01.02.17	Indenizações/Contingências pagas	-9.116	-11.180
6.01.02.18	Outros passivos	-6.213	3.127
6.01.02.19	Amortização dos Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	15.576	40.132
6.01.02.20	Benefício pós emprego	-111	-100
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-150.190	-131.291
6.02.02	Aquisição de intangível	-161.627	-131.434
6.02.03	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-8.611	-2.007
6.02.04	Resgate de títulos e valores mobiliários	20.048	2.150
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-119.885	17.589
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	15.239	192.903
6.03.02	Captação de debêntures	100.000	0
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-94.271	-52.805
6.03.04	Obrigações vinculadas	13.566	15.927
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros s/ capital próprio	-154.419	-138.436
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-24.618	91.078
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	250.878	36.507
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	226.260	127.585

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	179.787	266.766	408.917	0	-1.502	853.968
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	179.787	266.766	408.917	0	-1.502	853.968
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-92.540	-33.456	0	-125.996
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-33.456	0	-33.456
5.04.08	Aprovação da proposta de dividendos adicionais	0	0	-92.540	0	0	-92.540
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	116.874	239	117.113
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	116.874
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	239	239
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-28.599	0	-28.599
5.07	Saldos Finais	179.787	266.766	316.377	54.819	-1.263	816.486

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	179.787	266.766	377.347	0	-2.123	821.777
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	179.787	266.766	377.347	0	-2.123	821.777
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-87.265	-54.939	0	-142.204
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-54.939	0	-54.939
5.04.08	Ajustes de Reserva de Incentivo Fiscal	0	0	-10.213	10.213	0	0
5.04.09	Aprovação da proposta de dividendos adicionais	0	0	-77.052	0	0	-77.052
5.04.10	Dividendos Complementares	0	0	0	-10.213	0	-10.213
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	140.597	228	140.825
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	140.597	0	140.597
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	228	228
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-33.596	0	-33.596
5.07	Saldos Finais	179.787	266.766	290.082	52.062	-1.895	786.802

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	1.990.119	1.965.826
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.000.663	1.976.457
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-10.544	-10.631
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.012.621	-1.061.973
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-765.148	-854.035
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-247.473	-207.938
7.03	Valor Adicionado Bruto	977.498	903.853
7.04	Retenções	-48.114	-49.788
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-48.114	-49.788
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	929.384	854.065
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	313.349	339.360
7.06.02	Receitas Financeiras	313.349	339.360
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.242.733	1.193.425
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.242.733	1.193.425
7.08.01	Pessoal	72.134	64.653
7.08.01.01	Remuneração Direta	39.231	33.667
7.08.01.02	Benefícios	17.437	21.556
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.011	7.985
7.08.01.04	Outros	6.455	1.445
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	690.064	613.920
7.08.02.01	Federais	309.528	252.268
7.08.02.02	Estaduais	378.939	360.245
7.08.02.03	Municipais	1.597	1.407
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	363.661	374.255
7.08.03.01	Juros	368.649	370.581
7.08.03.02	Aluguéis	856	757
7.08.03.03	Outras	-5.844	2.917
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	116.874	140.597
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	28.599	33.596
7.08.04.02	Dividendos	0	54.939
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	88.275	52.062

Comentário do Desempenho

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Comentário de Desempenho
Em 30 de Setembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Resultado do Período

Indicadores Econômicos - R\$ MM	Acumulado Até		Variação %
	3T16	3T15	3T16/15
Receita Operacional Bruta	2.001	1.976	1,22%
Receita Operacional Líquida	1.273	1.309	-2,71%
EBITDA	242	245	-1,28%
Resultado do Serviço	194	195	-0,52%
Resultado Financeiro	(52)	(35)	49,03%
Lucro Líquido	117	141	-16,87%
Margem EBITDA (%)	18,98%	18,70%	0,27 p.p
Margem Operacional (%)	15,25%	14,92%	0,33 p.p
Margem Líquida (%)	9,18%	10,74%	-1,56 p.p

Indicadores Econômicos - R\$ MM	set/16	dez/15	Variação %
			16/15
Ativo Total	2.227	2.205	1,00%
Dívida Bruta	966	895	7,93%
Patrimônio Líquido	816	854	-4,39%
Dívida Total Líquida	736	640	14,86%
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	2,13	1,84	15,90%
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PL)	0,47	0,43	10,59%
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,37	0,39	-5,34%

Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

*EBITDA dos últimos 12 meses

Comentário do Desempenho

1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1 Resultado do Trimestre

Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	3T16	3T15	R\$ Mil	%
Receita Bruta	674.744	635.863	38.881	6,11
Deduções da Receita Bruta	-238.127	-226.574	-11.553	5,10
Receita Líquida	436.617	409.289	27.328	6,68
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	-333.437	-326.544	-6.893	2,11
Resultado Bruto	103.180	82.745	20.435	24,70
Outras Despesas Operacionais	-37.263	-32.533	-4.730	14,54
Resultado do Serviço (I)	65.917	50.212	15.705	31,28
Amortização / Depreciação	16.223	18.492	-2.269	-12,27
EBITDA	82.140	68.704	13.436	19,56
Resultado Financeiro (II)	-18.334	-17.240	-1.094	6,35
Resultado Operacional (I) + (II)	47.583	32.972	14.611	44,31
IR e CSLL	-4.187	-1.919	-2.268	118,19
Lucro do Período	43.396	31.053	12.343	39,75

1.1.1 Receita Operacional

1.1.1.1 Receita Operacional Bruta

Receita Operacional Bruta - R\$ Mil	Trimestre - R\$ Mil		Variação	
	3T16	3T15	R\$ Mil	%
Residencial	255.595	244.156	11.439	4,7%
Industrial	51.549	54.964	(3.415)	-6,2%
Comercial	137.693	144.432	(6.739)	-4,7%
Rural	36.749	34.731	2.018	5,8%
Poder Público	38.093	37.438	655	1,7%
Iluminação Pública	15.214	14.809	405	2,7%
Serviço Público	25.038	26.321	(1.283)	-4,9%
Receita de Uso de Rede	18.558	14.031	4.527	32,3%
Fornecimento Faturado	578.489	570.882	7.607	1,3%
Fornecimento Não Faturado	(5.686)	(5.002)	(684)	13,7%
Fornecimento de energia	572.803	565.880	6.923	1,2%
Subvenção à tarifa social baixa renda	39.190	34.615	4.575	13,2%
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	8.026	4.213	3.813	90,5%
Valores a Receber da parcela A e Outros Itens Financeiros	(2.287)	(21.544)	19.257	-89,4%
Receita de construção da infraestrutura da concessão	53.906	46.354	7.552	16,3%
Outras receitas	3.106	6.345	(3.239)	-51,0%
Receita Operacional Bruta	674.744	635.863	38.881	6,1%

A Companhia apresentou no terceiro trimestre de 2016 uma Receita Bruta de R\$ 674.744 mil, um acréscimo de 6,1% em relação ao valor de R\$ 635.863 mil alcançado no terceiro trimestre de 2015.

Os fatores determinantes da variação da Receita Bruta foram:

- Aumento da Receita de Fornecimento Faturado em R\$ 3.080 mil, excluindo-se o efeito do uso de rede, de R\$ 4.527 mil, decorrente, principalmente, de dois efeitos: (i) Efeito do Preço da Energia Distribuída e (ii) Efeito do Volume da Energia Distribuída

Comentário do Desempenho

- (i) Efeito Preço: A redução do preço impactou negativamente a Receita de Fornecimento em R\$ 28.522 mil devido à mudança de patamar da Bandeira Tarifária. No terceiro trimestre de 2015, a bandeira vermelha estava em vigor, assim uma receita complementar era adicionada a cada quilowatt-hora (kWh) consumido, em contrapartida, no mesmo período de 2016 a bandeira verde entrou em vigor – sem receita adicional para as empresas, ou custo adicional para os consumidores. Por outro lado, o Reajuste Tarifário Anual aplicado a partir de abril de 2016 com incremento médio percebido pelo consumidor na tarifa de 7,73% compensou parcialmente o efeito da Bandeira Tarifária.
- (ii) Efeito do Volume: O aumento do volume de energia distribuída de 5,68% no mercado cativo, com destaque positivo para as classes residencial e rural, impactou positivamente a Receita de Fornecimento em R\$ 31.602 mil.
- O aumento na receita de uso de rede do consumidor livre em 32,3%, no valor de R\$ 4.572 mil, em virtude, principalmente, do aumento no preço médio por consumo do mercado livre de 31,76%, assim o efeito preço foi de R\$ 4.474 mil. Foi registrado também um aumento no volume de energia para o mercado livre em 0,38%, assim o impacto do efeito volume foi de R\$ 53 mil.
 - Aumento de 90,5%, no valor de R\$ 3.813 mil, na venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE”, em função do aumento do volume das sobras de energia registradas no terceiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015. Esse aumento foi compensado parcialmente pela redução 38% do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, que é utilizado nas transações da CCEE, quando comparamos os dois períodos em análise.
 - A variação positiva de R\$ 19.257 mil entre os trimestres, é resultante principalmente, da amortização normal ativa no valor de R\$ 3.197 mil do terceiro trimestre de 2016 em relação à amortização normal passiva no valor de R\$ 16.540 mil do terceiro trimestre de 2015 com base nos saldos homologados pela ANEEL nos reajustes tarifários de 2016 e 2015..
 - ✓ No 3T16, o registro contábil dos “Valores a Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros” apresentou o valor de R\$ 2.287 mil, sendo composto da constituição normal dos passivos de R\$ 5.484 mil decorrente os custos realizados abaixo da cobertura tarifária e R\$ 3.196 mil referente a reversão ativa da Parcela A.
 - Aumento de 16,3%, representando R\$ 7.552 mil, na Receita de Construção de Infraestrutura da Concessão devido ao maior volume de investimentos nesse trimestre, sem impacto no resultado, pois temos a contrapartida de Custos no mesmo valor.

Os aumentos na Receita foram compensados parcialmente pela:

- Redução de 51,0%, no valor de R\$ 3.239 mil, em outras receitas operacionais, devido principalmente ao menor volume das receitas de arrendamentos e aluguéis.

1.1.2 Deduções da Receita Bruta

Comentário do Desempenho

Deduções da Receita Bruta - R\$ mil	Trimestre	Trimestre	Variação	
	3T16	3T15	R\$ Mil	%
IMPOSTOS	(187.026)	(164.275)	(22.751)	13,8%
ICMS	(124.521)	(118.408)	(6.113)	5%
PIS	(10.480)	(7.988)	(2.492)	31%
COFINS	(51.774)	(37.428)	(14.346)	38%
ISS	(251)	(451)	200	-44%
ENCARGOS SETORIAIS	(51.101)	(62.299)	11.198	-18,0%
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1)	(2)	1	-50%
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(43.428)	(49.252)	5.824	-12%
Programa de Eficientização Energética - PEE	(1.900)	(1.647)	(253)	15%
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(760)	(659)	(101)	15%
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(380)	(329)	(51)	16%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(760)	(659)	(101)	15%
Encargos do Consumidor - PROINFA	(3.766)	(3.724)	(42)	1%
Encargos do Consumidor - CCRBT	(106)	(6.027)	5.921	-98%
(-) Dedução da receita bruta	(238.127)	(226.574)	(11.553)	5,1%
Receita Operacional Líquida	436.617	409.289	27.328	6,7%

A variação positiva da Receita Bruta foi parcialmente compensada pelo aumento de R\$ 11.553 mil nas Deduções da Receita Bruta em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao efeito líquido dos fatores abaixo.

- Aumento de 13,85% dos impostos sobre a receita no valor de R\$ 22.751 mil devido ao acréscimo da base de cálculo (Receita Bruta);
- Redução de 17,97%, no valor de R\$ 11.197 mil nos encargos setoriais, devido a (i) redução na Conta de Desenvolvimento Energético – CDE em R\$ 5.824 mil decorrente do valor menor de encargo estipulado pela Aneel através da Res. Homologatória nº 2.008/2016; e (ii) redução na contabilização do passivo homologado de bandeira tarifária como outros encargos do consumidor CCRBT devido a redução das Bandeiras Tarifárias no terceiro trimestre de 2016 em função da melhora do cenário hidrológico quando comparado ao mesmo período do ano anterior, ocasionando uma redução de R\$ 5.921 mil.

A Receita Operacional Líquida registrou um aumento de R\$ 27.328 mil, sendo R\$ 436.617 mil do terceiro trimestre de 2016 em relação ao valor de R\$ 409.289 mil do mesmo período de 2015.

1.1.3 Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	3T16	3T15	R\$ Mil	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-219.558	-212.543	-7.015	3,30
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-26.703	-29.187	2.484	-8,51
Taxa de Fiscalização – TFSEE	-551	-507	-44	8,68
Subtotal	-246.812	-242.237	-4.575	1,89
Custos e Despesas Gerenciáveis	3T16	3T15	R\$ Mil	%
Pessoal e Administradores	-25.521	-23.381	-2.140	9,15
Material	-1.718	-1.342	-376	28,02
Serviços de terceiros	-30.154	-27.225	-2.929	10,76
Amortização	-16.223	-18.492	2.269	-12,27
Provisões Líquidas - PCLD	-2.950	-4.462	1.512	-33,89
Provisões Líquidas - Contingências	790	5.517	-4.727	-85,68
Custo de Construção	-53.906	-46.354	-7.552	16,29
Outros	5.794	-1.101	6.895	-626,25
Subtotal	-123.888	-116.840	-7.048	6,03
Total	-370.700	-359.077	-11.623	3,24

Comentário do Desempenho

Os custos e despesas operacionais no terceiro trimestre de 2016 correspondem a R\$ 370.700 mil contra R\$ 359.077 mil apresentado no mesmo período de 2015, representando um acréscimo de R\$ 11.623 mil, ou seja, aumento de 3,24%.

Contribuíram para esse resultado:

- Aumento do custo da energia elétrica comprada para revenda, em R\$ 7.015 mil, decorrente principalmente dos fatores descritos abaixo.
 - ✓ Aumento de R\$ 30.291 mil nos custos de energia de leilão do ACR, dos contratos bilaterais, das cotas de garantia física e das cotas de Angra I e Angra II devido aos reajustes de tarifas de compras e inclusão de novas cotas e contratos no ano de 2016. Além de sazonalização nos contratos bilaterais que alocaram mais energia em relação ao trimestre do período do ano anterior.
 - ✓ Aumento de R\$ 2.774 mil no Custo do PROINFA em função do em função das novas cotas de para 2016.

Esse aumento foi compensado parcialmente pela:

- ✓ Redução em R\$ 28.606 mil nos Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo em função da redução dos custos das térmicas e do risco hidrológico quando comparamos o terceiro trimestre de 2016 com o mesmo período de 2015.
- ✓ Redução de R\$ 4.208 mil nos Encargos de Energia de Reserva devido à diminuição de 38% do PLD quando comparamos o terceiro trimestre de 2016 com o mesmo período de 2015
- Encargos de uso do sistema de transmissão, variação favorável em R\$ 2.484 mil, decorrente da melhora do cenário hidrológico e consequente redução do despacho das usinas termoeletricas, favorecendo o equilíbrio entre custo e receita. Essa melhora de cenário impactou principalmente nos encargos Encargo de Serviço do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva – ERR.
- Aumento dos gastos com serviços de terceiros, em R\$ 2.929 mil, decorrente principalmente do: (i) repasse dos índices de inflação nos contratos de prestação de serviços; e (ii) aumento no volume de serviços de manutenção corretiva, inspeção técnica, serviço de leitura e entrega de conta, desligamentos e religamentos, dentre outros.
- Aumento de 16,29%, representando R\$ 7.552 mil, no Custo de Construção de Infraestrutura da Concessão devido ao maior volume de investimentos nesse trimestre.

1.1.4 Resultado Financeiro Líquido

Comentário do Desempenho

Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	3T16	3T15	R\$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	8.900	4.288	4.612	107,56
Juros, comissões e acréscimo moratório	5.140	6.997	-1.857	-26,54
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas)	-29.275	-23.844	-5.431	22,78
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	-3.099	-4.681	1.582	-33,80
Resultado Financeiro Líquido	-18.334	-17.240	-1.094	6,35

Outras Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas - R\$ Mil				
Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	3T16	3T15	R\$ Mil	%
Outras Receitas Financeiras				
Atualização Depósitos Judiciais	226	-1.523	1.749	-114,84
Outras receitas - Variação Monetária	1.861	808	1.053	130,32
Outras receitas financeiras	1.137	60	1.077	1.795,00
Remuneração financeira da parcela A e outros itens financeiros	0	1.814	-1.814	-100,00
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	-879	-835	-44	100,00
Subtotal	2.345	324	2.021	623,77

Outras Despesas Financeiras				
IOF	-513	-459	-54	11,76
Encargos P&D/PEE	-216	-392	176	-44,90
Atualização contingências	-1.177	-934	-243	26,02
Outras despesas - Variação Monetária	-2.307	-2.200	-107	4,86
Outras despesas financeiras	-1	-1.020	1.019	-99,90
Remuneração financeira da parcela A e outros itens financeiros	-1.230	0	-1.230	
Subtotal	-5.444	-5.005	-439	8,77

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 18.334 mil no terceiro trimestre de 2016, contra R\$ 17.240 mil no mesmo período de 2015, representando uma variação crescente de 6,35%.

Contribuíram para esse resultado:

- Crescimento da renda de aplicações financeiras em R\$ 4.612 mil, variação favorável devido principalmente ao volume médio aplicado no período (variação de 125,8%) e à taxa do CDI serem maiores que o mesmo período de 2015;
- Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos) – Elevação de R\$ 5.431 mil, decorrente principalmente do aumento do saldo médio de empréstimos e financiamentos neste segundo trimestre de 2016 em comparação ao mesmo período do ano anterior (variação de 19,3%, responsável pelo impacto de R\$ 5.046 mil). O aumento dos principais indicadores atrelados à dívida – CDI e TJLP – também impactaram na elevação do resultado da dívida em R\$ 2.096 mil. Também houve incremento sobre o total de juros capitalizados no ativo imobilizado decorrentes de obras em andamento no montante de R\$ 1.711 mil. Esse último valor atua como redutor dos encargos de dívida;
- Redução de R\$ 1.582 mil em “Outras Receitas e Despesas Financeiras”, decorrente, principalmente, da variação desfavorável de R\$ 584 mil referente à Remuneração Financeira Setorial devido ao menor custo de energia e maior cobertura tarifária em 2016, gerando uma CVA passiva, contrário ao verificado no mesmo período de 2015 em que o custo de energia era elevado e a cobertura tarifária era menor. Em contrapartida foi registrada uma variação positiva de R\$ 1.749 mil sobre a Atualização dos Depósitos Judiciais decorrente, principalmente, da atualização de um processo baixado no período do 3º trimestre de 2015.

1.2 Conciliação entre o EBITDA e Lucro Líquido

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Comentário do Desempenho

Conciliação EBITDA	Trimestre		Variação %	Acumulado Até		Variação %
	3T16	3T15	3T16/15	30/09/2016	30/09/2015	2016/2015
Lucro líquido	43.396	31.053	39,75%	116.874	140.597	-16,87%
Despesas financeiras	45.143	179.650	-74,87%	362.805	373.498	-2,86%
Receitas financeiras	-26.809	-162.410	-83,49%	-310.684	-338.525	-8,22%
Imposto de renda	2.327	-19	-12347,37%	19.623	13.835	41,84%
Amortização	16.223	18.492	-12,27%	47.459	49.568	-4,25%
Amortização de ágio	1.860	1.938	-4,02%	5.580	5.816	-4,06%
EBITDA	82.140	68.704	19,56%	241.657	244.789	-1,28%

2. ENDIVIDAMENTO

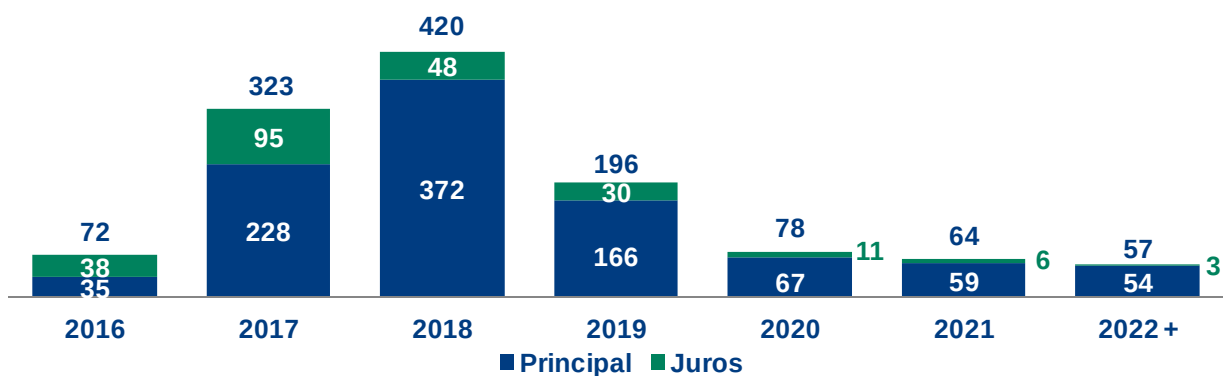
A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, derivativos e encargos, passou de R\$ 895.432 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 966.415 mil em 30 de setembro de 2016.

A dívida líquida da Cosern (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) em 30 de setembro de 2016 alcançou R\$ 735.543 mil, 14,86% maior que os R\$ 640.387 mil em 31 de dezembro de 2015, em função das captações realizadas no período.

O indicador financeiro Dívida total Líquida/EBITDA passou de 1,84 em 31 de dezembro de 2015 para 2,13 em setembro de 2016.

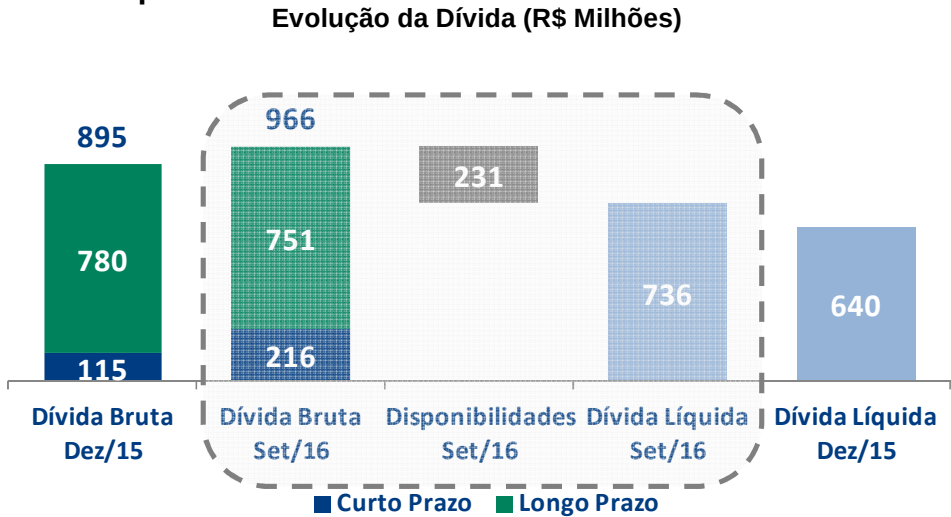
A seguir é apresentado gráfico com a evolução do endividamento bruto e a respectiva segregação entre curto e longo prazo

Cronograma de Esgotamento da Dívida (R\$ Milhões)



Nota: O gráfico considera as curvas futuras de esgotamento da dívida.

Comentário do Desempenho



3. RATING

Em 10 de Setembro de 2015, a Standard & Poor’s – S&P rebaixou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern para ‘BB+’ na Escala Global e ‘brAA+’ na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa para ambos. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do Rating soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida.

Em 17 de fevereiro de 2016, a agência de rating S&P rebaixou novamente o Rating soberano do Brasil. Devido à condição do setor regulado citada no primeiro parágrafo deste item, os ratings de crédito corporativo da Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern foram rebaixados de ‘brAA+’ para ‘brAA-’ na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa.

Em 30 de março de 2016, a S&P reafirmou todos os ratings estabelecidos na revisão anterior realizada em 17 de fevereiro desse mesmo ano.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings na escala nacional de créditos corporativos atribuídos à Neoenergia e a Cosern

Rating Corporativo - Escala Nacional	2011	2012	2013	2014	2015		2016
					Até Setembro	A partir de Setembro	
NEOENERGIA	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
COSERN	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa

4. INVESTIMENTOS

A Companhia vem realizando investimentos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a continuidade e a qualidade do fornecimento de energia para atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No acumulado no ano até setembro de 2016 foi investido o montante de R\$ 152.468 mil. Quando observamos apenas o terceiro do trimestre de 2016 foi investido R\$ 64.178 mil.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados para a melhora dos indicadores de qualidade, o combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN**

Balanço patrimonial
30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	226.260	250.878
Contas a receber de clientes e outros	5	316.008	358.409
Títulos e valores mobiliários		2.516	3.042
Impostos e contribuições a recuperar	6	56.879	77.174
Entidade de previdência privada	25	347	1.390
Outros ativos circulantes		20.252	24.296
Total do circulante		<u>622.262</u>	<u>715.189</u>
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	5	151.653	165.655
Títulos e valores mobiliários		2.096	1.125
Impostos e contribuições a recuperar	6	19.308	16.950
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	73.256	86.812
Depósitos judiciais	9	17.533	15.970
Entidade de previdência privada	25	4.549	3.983
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	10.1	577.376	482.778
Outros ativos não circulantes		941	941
Intangível	10.2	758.058	715.504
Total do não circulante		<u>1.604.770</u>	<u>1.489.718</u>
Total do ativo		<u>2.227.032</u>	<u>2.204.907</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN**

Balanço patrimonial
30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	158.510	242.297
Empréstimos e financiamentos	12	215.755	114.983
Salários e encargos a pagar	14	13.577	14.213
Taxas regulamentares	15	25.838	30.606
Impostos e contribuições a recolher	16	69.668	62.579
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	1.507	1.331
Provisões	17	8.057	9.721
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	42.808	555
Outros passivos circulantes	18	38.348	41.246
Total do circulante		<u>574.068</u>	<u>517.531</u>
Não circulante			
Fornecedores	11	15.473	14.157
Empréstimos e financiamentos	12	651.187	780.449
Debêntures	13	99.473	-
Taxas regulamentares	15	44	44
Impostos e contribuições a recolher	16	23	45
Provisões	17	32.749	30.346
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	7	34.760	2.283
Outros passivos não circulantes	18	2.769	6.084
Total do não circulante		<u>836.478</u>	<u>833.408</u>
Patrimônio líquido	19		
Capital social		179.787	179.787
Reservas de capital		266.766	266.766
Reservas de lucros		316.377	316.377
Outros resultados abrangentes		(1.263)	(1.502)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	92.540
Lucros acumulados		54.819	-
Total do patrimônio líquido		<u>816.486</u>	<u>853.968</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.227.032</u>	<u>2.204.907</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN**

Demonstração do resultado

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Receita líquida	Notas	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015 (Reclassificado)	01/01/2015 a 30/09/2015 (Reclassificado)
Receita líquida	20	436.617	1.273.257	409.289	1.308.699
Custos dos serviços		(333.437)	(960.882)	(326.544)	(1.015.576)
Custos com energia elétrica	21.a	(246.261)	(690.035)	(241.730)	(770.079)
Custos de operação	21.b	(33.270)	(122.316)	(38.460)	(124.514)
Custos de construção		(53.906)	(148.531)	(46.354)	(120.983)
Lucro bruto		103.180	312.375	82.745	293.123
Despesas com vendas	21.b	(15.525)	(50.380)	(11.039)	(32.341)
Despesas gerais e administrativas	21.b	(21.738)	(67.797)	(21.494)	(65.561)
Lucro operacional		65.917	194.198	50.212	195.221
Receitas financeiras	22	26.809	310.684	162.410	338.525
Despesas financeiras	22	(45.143)	(362.805)	(179.650)	(373.498)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		47.583	142.077	32.972	160.248
Imposto de renda e contribuição social	8	(4.187)	(25.203)	(1.919)	(19.651)
Corrente		(4.489)	(25.584)	9.711	(30.446)
Diferido		(230)	(7.852)	(7.601)	(2.307)
Imposto de renda – SUDENE		2.392	13.814	(2.091)	18.918
Amortização ágio e reversão PMIPL		(1.860)	(5.581)	(1.938)	(5.816)
Lucro líquido do período		43.396	116.874	31.053	140.597
Lucro do período por ação do capital - R\$					
Ordinária		0,25244	0,67987	0,18064	0,81787
Preferencial A		0,27769	0,74786	0,19871	0,89966
Preferencial B		0,27769	0,74786	0,19871	0,89966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN**

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Lucro líquido do período	43.396	116.874	31.053	140.597
Outros resultados abrangentes				
Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego	120	362	116	346
Tributos sobre resultados abrangentes	(41)	(123)	(40)	(118)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	79	239	76	228
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	43.475	117.113	31.129	140.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Proposta de distribuição de		Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos de ágio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Outras reservas de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados		dividendos adicional
Saldos em 01 de Janeiro de 2015	179.787	4.648	179.315	82.428	375	264.042	35.957	296	(2.123)	-	77.052	821.777
Ganhos / perdas atuariais - Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	228	-	-	228
Ajuste reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	-	(10.213)	-	-	-	10.213	-	-
Aprovação da proposta de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.052)	(77.052)
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.213)	-	(10.213)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	140.597	-	140.597
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros s/ capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.596)	-	(33.596)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.939)	-	(54.939)
Saldos em 30 de setembro de 2015	179.787	4.648	179.315	82.428	375	253.829	35.957	296	(1.895)	52.062	-	786.802
Saldos em 01 de Janeiro de 2016	179.787	4.648	179.315	82.428	375	280.124	35.957	296	(1.502)	-	92.540	853.968
Aprovação de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(92.540)	(92.540)
Ganhos / perdas atuariais - Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	239	-	-	239
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116.874	-	116.874
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros s/ capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.599)	-	(28.599)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.456)	-	(33.456)
Saldos em 30 de setembro de 2016	179.787	4.648	179.315	82.428	375	280.124	35.957	296	(1.263)	54.819	-	816.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas Explicativas**Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN****Demonstração do fluxo de caixa**

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	30/09/2016	30/09/2015 (Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	142.077	160.248
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Amortização (*)	48.113	45.736
Valores a compensar da Parcela A e Outros Itens Financeiros	59.154	26.081
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	83.433	48.415
Valor justo do ativo financeiro de concessão	(25.469)	(18.857)
Valor residual do ativo intangível baixado / financeiro baixado	3.865	2.042
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	5.707	5.926
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.361	(9.896)
Atualização Monetária Benefício Pós Emprego	(363)	(228)
	322.878	259.467
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes e outros	50.042	(10.700)
IR e CSLL a Recuperar	13.247	(42.172)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	18.407	(24.731)
Estoques	932	(69)
Depósitos judiciais	(847)	7.587
Despesas pagas antecipadamente	(605)	(89)
Entidade de previdência privada	1.314	1.222
Benefício pós Emprego	(111)	(100)
Valores a compensar da Parcela A e Outros Itens Financeiros	-	40.132
Outros ativos	(1.375)	(10.374)
	81.004	(39.294)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(82.471)	(11.874)
Salários e encargos a pagar	(636)	4.766
Encargos de dívidas e swap pagos	(53.411)	(41.191)
Taxas regulamentares	(5.894)	25.849
Imposto de renda (IR) e (CSLL) pagos	(11.556)	19.221
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(4.704)	(4.111)
Valores a compensar da Parcela A e Outros Itens Financeiros	15.576	-
Indenizações/Contingências pagas	(9.116)	(11.180)
Outros passivos	(6.213)	3.127
	(158.425)	(15.393)
Caixa oriundo das atividades operacionais	245.457	204.780
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(161.627)	(131.434)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(8.611)	(2.007)
Resgate de títulos e valores mobiliários	20.048	2.150
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(150.190)	(131.291)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	15.239	192.903
Captação de debêntures	100.000	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(94.271)	(52.805)
Obrigações vinculadas	13.566	15.927
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(154.419)	(138.436)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento	(119.885)	17.589
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(24.618)	91.078
Caixa e equivalentes no início do período	250.878	36.507
Caixa e equivalentes no final do período	226.260	127.585
Aumento no caixa e equivalente de caixa	(24.618)	91.078

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN**

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	30/09/2016	30/09/2015
	(Reclassificado)	
RECEITAS		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	2.000.663	1.976.457
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.544)	(10.631)
	1.990.119	1.965.826
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda*	(683.453)	(771.609)
Encargos de uso da rede básica de transmissão*	(81.695)	(82.426)
Materiais, serviços de terceiros e outros*	(247.473)	(207.938)
	(1.012.621)	(1.061.973)
VALOR ADICIONADO BRUTO	977.498	903.853
Amortização *	(48.114)	(49.788)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	929.384	854.065
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras*	313.349	339.360
	313.349	339.360
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.242.733	1.193.425
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	37.352	32.006
Encargos sociais (exceto INSS)	9.011	7.985
Entidade de previdência privada	3.294	2.955
Auxílio alimentação	4.589	4.124
Convênio assistencial e outros benefícios	3.168	3.105
Despesas com desligamento	2.562	3.293
Provisão para férias e 13º salário	7.508	6.723
Plano de saúde	3.165	2.430
Indenizações trabalhistas	689	581
Participação nos resultados	6.515	11.897
Administradores	1.879	1.661
(-) Transferência para ordens	(7.598)	(12.107)
Subtotal	72.134	64.653
Impostos , Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	8.121	7.670
ICMS	378.939	360.245
PIS/COFINS sobre faturamento	119.881	68.661
Imposto de renda e contribuição social	25.203	19.651
Obrigações intra-setoriais	156.323	156.286
Outros	1.597	1.407
Subtotal	690.064	613.920
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	368.649	370.581
Aluguéis*	856	757
Outros	(5.844)	2.917
Subtotal	363.661	374.255
Remuneração de capitais próprios		
Lucro do período	116.874	140.597
Subtotal	116.874	140.597
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	1.242.733	1.193.425

* Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN com sede no subdistrito de Baldo em Natal - Rio Grande do Norte, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela Neoenergia S.A., (“NEOENERGIA”) é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação distribuição e comercialização de energia e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº. 08 com vencimento em 2027. Adicionalmente, a Companhia vem atendendo consumidores livres do Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Companhia em 10 de novembro de 2016, as quais estão expressas em milhares de reais.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia relativas aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com a IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de apresentação

As práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas descritas na Nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, devem ser lidas em conjunto para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral.

Notas Explicativas

2.3 Reclassificações de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", procedeu às seguintes reclassificações, conforme demonstrado a seguir.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, dos passivos, o patrimônio líquido e o lucro líquido do período.

2.3.1 Demonstração do resultado, período de três meses findos em:

Demonstração do resultado	Ref.	30/09/2015 Apresentado	Reclassificações	30/09/2015 Reclassificado
Receita líquida	(a)/(c)	418.031	(8.742)	409.289
Custo dos serviços	(b)/(c)	(352.186)	25.642	(326.544)
Despesas com vendas	(b)	-	(11.039)	(11.039)
Despesas gerais e administrativas		(21.504)	10	(21.494)
Receitas financeiras	(a)	168.429	(6.019)	162.410
Despesas financeiras	(b)	(179.798)	148	(179.650)
Lucro líquido do período		31.053	-	31.053

2.3.2 Demonstração do resultado, período de nove meses findos em:

Demonstração do resultado	Ref.	30/09/2015 Apresentado	Reclassificações	30/09/2015 Reclassificado
Receita líquida	(a)/(c)	1.304.603	4.096	1.308.699
Custo dos serviços	(b)/(c)	(1.062.520)	46.944	(1.015.576)
Despesas com vendas	(b)	-	(32.341)	(32.341)
Despesas gerais e administrativas		(65.571)	10	(65.561)
Receitas financeiras	(a)	357.382	(18.857)	338.525
Despesa Financeira	(b)	(373.646)	148	(373.498)
Lucro líquido do período		140.597	-	140.597

2.3.3 Demonstração do fluxo de caixa, período de nove meses findos em:

Demonstração do valor adicionado	Ref.	30/09/2015 Apresentado	Reclassificações	30/09/2015 Reclassificado
Caixa oriundo das atividades operacionais	(d)	205.499	(719)	204.780
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(d)	(131.181)	(110)	(131.291)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(d)	16.760	829	17.589
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		91.078	-	91.078

Notas Explicativas

2.3.4 Demonstração do valor adicionado, período de nove meses findos em:

Demonstração do valor adicionado	Ref.	30/09/2015 Apresentado	Reclassificações	30/09/2015 Reclassificado
Valor adicionado líquido	(a)	835.256	18.809	854.065
Valor adicionado recebido em transferência	(a)	358.217	(18.857)	339.360
Valor adicionado total a distribuir		1.193.473	48	1.193.425
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal		64.553	100	64.653
Impostos, Taxas e Contribuições.		613.920	-	613.920
Remuneração de Capitais de Terceiros		374.403	(148)	374.255
Remuneração de Capitais Próprios		140.597	-	140.597
Valor adicionado distribuído		1.193.473	(48)	1.193.425

- (a) Após revisão de suas práticas contábeis, a Companhia concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, nos montantes de R\$ 6.019 no terceiro trimestre e R\$ 18.857 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, poderia ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócios de distribuição de energia elétrica, uma vez que o retorno sobre o investimento em infraestrutura no negócio de distribuição é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura, que corresponde a um único ativo físico.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. Vide nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Reclassificação da multa por inadimplência na receita bruta para o custo da operação no montante de R\$ 14.761 no período.

- (b) Reclassificação de despesas comerciais do custo dos serviços para despesas com vendas no montante de R\$ 10.881 no terceiro trimestre R\$ 32.183 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015. Adicionalmente, foram realizadas outras reclassificações da despesa financeira para a despesas com vendas no valor de R\$ 158 nos períodos de três e de nove meses findo em 30 de setembro de 2015.
- (c) Reclassificação dos valores multa por inadimplência do consumidor, no montante de R\$ 14.761 nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015.
- (d) Reclassificação das linhas do intangível, IR/ CSLL, taxas e custo de captação entre as atividades operacionais, investimentos e financiamentos.

Notas Explicativas

3. Assuntos regulatórios

Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias, cujos valores são publicados pela ANEEL, a cada mês, em despacho, tendo entrado em vigor em janeiro de 2015.

Este sistema tem como finalidade indicar se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica, para cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, Encargo de Serviços de Sistema - ESS e risco hidrológico. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de bandeira tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

Dessa forma, no primeiro semestre de 2015, vigorou a bandeira vermelha, nos montantes de R\$30/MWh para janeiro e fevereiro e R\$55/MWh a partir de março. Já em 2016, foi aplicada bandeira vermelha em janeiro no valor de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1 em fevereiro com acréscimo de R\$30/MWh, amarela em março no valor de R\$15/MWh e verde a partir de abril sem acréscimo.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias são revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e são repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados e a cobertura tarifária vigente.

Mensalmente é apurado o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias, o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras nos itens previstos no Decreto nº 8.401/15 e fixado o valor líquido a ser repassado pela distribuidora à CONTA-CRBT ou a ser recebido pela mesma.

No período de janeiro a setembro de 2016 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 41.532 (R\$ 152.619 no mesmo período de 2015) de bandeira tarifária, tendo sido R\$ 166 repassados para a conta CCRBT (R\$ 32.950 em 2015).

Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão

Notas Explicativas

prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, e a crescente migração de consumidores potencialmente livres para o ACL, em decorrência dos baixos preços praticados no mercado livre, vem contribuindo para que as empresas apresentem um cenário de sobrecontratação de energia, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através da ABRADÉE, no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Em 19 de abril de 2016 a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 711, revogando a Resolução Normativa nº 508/2012, e definindo mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia, por meio de acordos bilaterais, que podem vir a alterar as condições inicialmente pactuadas nos Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada – CCEARs, nas seguintes modalidades: a) redução temporária total ou parcial da energia contratada; b) redução parcial permanente da energia contratada; e c) rescisão contratual. A Companhia vem realizando acordos nos termos desta resolução com o propósito de diminuir eventuais impactos de sobrecontratação.

Em 21 de junho de 2016, a Resolução Normativa ANEEL nº 726, a ANEEL alterou a regulamentação vigente, permitindo a redução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a decisão em questão.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, a ANEEL foi emitido o Decreto nº 8.828/16 que elimina o limite de recontração do montante de reposição dos contratos de energia existente que estão a expirar sem ônus e penalidades para as distribuidoras.

CDE-Encargos

Através da Resolução Homologatória nº 2.018/2015, de 2 de fevereiro de 2016, a ANEEL estabeleceu o encargo anual da CDE-Uso para o ano de 2016, o qual foram devidamente contemplado nas tarifas por meio do reajuste anual da Companhia em 2016. Houve alteração do encargo da CDE-Uso, a partir da competência de jun/16, por meio da Resolução Homologatória 2.077/2016, de 7 de junho de 2016.

Em julho de 2015, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE) questionou judicialmente o pagamento de alguns itens que compõe a CDE e a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma decisão liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados.

Notas Explicativas

Em cumprimento às decisões judiciais, a ANEEL por intermédio das Resoluções Homologatórias nº 1.967, de 24 de setembro de 2015 e nº 2.083, de 14 de junho de 2016, estabeleceu as tarifas a serem aplicadas aos consumidores associados da ABRACE, retroativamente, a partir de 3 de julho de 2015 e da ANACE, a partir de 19 de janeiro de 2016, enquanto perdurar os efeitos da antecipação de tutela concedida no Processo Judicial nº 24648-39.2015.4.01.3400 e nº 0069262-32.2015.4.01.3400/16ª Vara Federal, alcançando 4 grandes consumidores da COSERN (apenas ABRACE), especificados nas resoluções. As decisões liminares estão sendo contestadas pela ANEEL e, no caso da liminar ABRACE, também pela ABRADDEE.

A diferença entre as tarifas normais e aquelas homologadas, faturadas em cumprimento à liminar, foi contemplada na apuração de componente financeiro reconhecido por ocasião do reajuste tarifário de 2016, através da Resolução Homologatória nº 2.064/2016, no valor de R\$ 73.

Através do Despacho nº 1.576, de 14 de junho de 2016, a ANEEL resolveu que as distribuidoras deveriam deduzir dos pagamentos das cotas mensais da CDE fixadas pela ANEEL, o efeito tarifário das liminares vigentes, inclusive retroativamente, alcançando todas as liminares, que o componente financeiro repassado no último reajuste deveria ser revertido no próximo processo, bem como que a Eletrobrás deveria deduzir tais valores do repasses para as destinações da CDE contestadas pelas liminares. Dessa forma, a partir do pagamento da cota de jun/16, a companhia procedeu a dedução do pagamento da cota da CDE, no valor acumulado de R\$ 71, relativo às competências de jul/15 a abr/16, bem como constituiu passivo para reversão do componente financeiro no próximo reajuste.

Recentemente, através do Despacho nº 2.634, de 30 de setembro de 2016, a ANEEL, em cumprimento à decisão liminar concedida nos autos do Processo Judicial nº 0028882-30.2016.4.01.3400/2ª Vara Federal, decidiu homologar novas tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, em R\$/MWh, com vigência a partir de 29 de junho de 2016, e enquanto perdurar os efeitos da antecipação de tutela. Tal decisão alcança 3 grandes consumidores da COSERN. Conforme decisão da ANEEL os valores pagos a menor por tais consumidores serão deduzidos dos repasses efetuados à Eletrobras a conta CDE.

Decreto nº 8.221/14

As Distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos. Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Notas Explicativas

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Homologatória nº 1.863/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 8.595 por mês, que será repassado à CCEE a partir de abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente. Para o período janeiro a setembro de 2016 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 80.341 (R\$ 77.356 de abril a dezembro de 2015).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à mesma. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2016

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.064, de 19 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 11,51%, dos quais 11,80% correspondem ao reajuste tarifário econômico e -0,29% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 7,73%.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2016 com vigência até 21 de abril de 2017.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários à vista	2.737	20.638
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.018	1.010
Fundos de investimento	222.505	229.230
	226.260	250.878

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2016 é constituída por (i) Certificados de Depósito Bancário - CDB's pós-fixados; (ii) Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por operações compromissadas, títulos públicos, CDB's e cotas de fundos.

Notas Explicativas

5. Contas a receber de clientes e outros

		30/09/2016	31/12/2015
Consumidores	(a)	502.457	529.995
Comercialização de energia na CCEE	(b)	20.216	27.586
Disponibilização do sistema de distribuição		7.491	6.202
Serviços prestados a terceiros		1.154	1.195
Serviços taxados e administrativos		2.253	1.616
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	18.068	34.750
Outros créditos		3.104	3.440
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(87.082)	(80.720)
		467.661	524.064
Circulante		316.008	358.409
Não circulante		151.653	165.655

(a) Consumidores

	Saldos vencidos			Total		PCLD	
	Saldos vencidos	Até 90 Dias	Mais de 90 dias	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Setor privado							
Residencial	19.054	55.099	14.091	88.244	87.860	(14.091)	(11.448)
Industrial	12.251	3.752	18.958	34.961	34.158	(18.958)	(18.387)
Comercial	27.764	13.545	7.521	48.830	55.882	(7.521)	(7.735)
Rural	7.967	6.929	5.660	20.556	20.315	(4.837)	(3.728)
	67.036	79.325	46.230	192.591	198.215	(45.407)	(41.298)
Setor público							
Poder público							
Federal	5.065	376	512	5.953	9.015	(405)	(183)
Estadual	133.661	6.398	1.444	141.503	150.611	(542)	(24)
Municipal	45.875	4.508	23.723	74.106	73.246	(23.723)	(23.026)
	184.601	11.282	25.679	221.562	232.872	(24.670)	(23.233)
Iluminação pública	4.331	2.274	1.142	7.747	7.041	(667)	(410)
Serviço público	8.875	1.144	2.789	12.808	11.225	(1.774)	(1.148)
Fornecimento não faturado	67.749	-	-	67.749	80.642	-	-
	332.591	94.025	75.840	502.457	529.995	(72.518)	(66.089)
Circulante				350.825	364.373	(72.518)	(66.089)
Não circulante				151.632	165.622	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos, de consumidores inadimplentes, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Notas Explicativas

Os valores de longo prazo, R\$ 13.099 compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(c) Subvenções

(c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212/10 e 10.438/02, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. O saldo a receber em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 9.201 (R\$ 8.323 em 31 de dezembro de 2015).

(c.2) CDE:

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

Em 19 de abril de 2016, foi emitida a resolução homologatória nº 2.064/16 aprovando o valor mensal de R\$ 6.181, a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2016 a março de 2017.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 8.867 (R\$ 26.428 em 31 de dezembro de 2015), referente aos meses de julho a setembro de 2016.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa “PCLD”

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela Aneel, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

Notas Explicativas

	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	(45.398)	(1.277)	(13.099)	(17.000)	(76.774)
Adições	(21.194)	(2)	-	(1.234)	(22.430)
Reversões	503	1.279	-	16.702	18.484
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(66.089)	-	(13.099)	(1.532)	(80.720)
Adições	(11.415)	-	-	(156)	(11.571)
Reversões	804	-	-	223	1.027
Baixados a reserva	4.182	-	-	-	4.182
Saldos em 30 de setembro de 2016	(72.518)	-	(13.099)	(1.465)	(87.082)

6. Impostos e contribuições a recuperar

		30/09/2016	31/12/2015
Circulante			
Imposto de renda – IR	(a)	18.493	19.774
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	(a)	10.196	8.445
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(b)	14.642	12.091
Programa de integração social – PIS	(c)	21	5.162
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	(c)	12.215	29.422
Instituto nacional de seguridade social – INSS		824	796
Imposto sobre serviços – ISS		488	1.481
Outros		-	3
		56.879	77.174
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(b)	19.308	16.950
		76.187	94.124

(a) IR e CSLL antecipados correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados.

(b) O saldo do ICMS é composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, no montante de R\$ 32.658 (R\$ 28.801 em 31 de dezembro de 2015).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 1.292 (R\$ 240 em 31 de dezembro de 2015).

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo, nos montantes de R\$ 12.236 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 34.584 em 31 de dezembro de 2015).

7. Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de

Notas Explicativas

vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

Em 10 de dezembro de 2014, a ANEEL aditou os contratos de concessão e permissão com vistas a eliminar eventuais incertezas, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, a ANEEL garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

30/09/2016							
Ref.	Circulante			Não Circulante			Total Líquido
	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	
Parcela A							
Valores Tarifários Não Gerenciáveis da "Parcela A"	1.504	(9.973)	(8.469)	-	-	-	
Energia	17.667	(24.609)	(6.942)	-	(24.609)	(24.609)	(31.551)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	(19.960)	(19.960)	-	(7.010)	(7.010)	(26.970)
Neutralidade dos encargos setoriais	1.055	(2.086)	(1.031)	-	(2.057)	(2.057)	(3.088)
Repasse de Sobrecontratação	(a) -	(23.087)	(23.087)	-	(2.641)	(2.641)	(25.728)
Outras CVA's	15.482	(388)	15.094	1.640	(388)	1.252	16.346
Itens Financeiros							
Energia Eletronuclear	35		35	-	-	-	35
Financeiro de Reversão RTE	(b)					-	
Outros itens financeiros	4.841	(3.289)	1.552	305	-		1.857
	40.584	(83.392)	(42.808)	1.945	(36.705)	(34.760)	(77.568)

31/12/2015							
Ref.	Circulante			Não Circulante			Total Líquido
	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	
Parcela A							
Valores Tarifários Não Gerenciáveis da "Parcela A"	1.361	(9.021)	(7.660)	-	-	-	(7.660)
Energia	47.424	-	47.424	3.491	-	3.491	50.915
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	(33.114)	(33.114)	-	(5.730)	(5.730)	(38.844)
Neutralidade dos encargos setoriais	83	(1.321)	(1.238)	28	(169)	(141)	(1.379)
Repasse de Sobrecontratação	(a) -	(26.119)	(26.119)	-	(4.766)	(4.766)	(30.885)
Outras CVA's	14.631	(44)	14.587	4.027	-	4.027	18.614
Itens Financeiros							
Energia Eletronuclear	968	-	968	-	-	-	968
Exposição Financeira	3.958	-	3.958	674	-	674	4.632
Outros itens financeiros	639	-	639	162	-	162	801
	69.064	(69.619)	(555)	8.382	(10.665)	(2.283)	(2.838)

Notas Explicativas

(a) Repasse de Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

No período de nove meses findo em setembro de 2016, a Companhia apurou uma sobrecontratação de energia de 3,21%, (dentro do limite repasse) e reconheceu um ajuste financeiro passivo de R\$ 8.588, de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a venda do excedente com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, a um PLD médio de 190,34 Mwh.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia mantém uma CVA passiva de R\$ 25.728 que contempla além da constituição do repasse do exercício corrente, o repasse da sobrecontratação do exercício 2015, reconhecido no reajuste tarifário de abril de 2016 e em fase de reversão/amortização.

(b) Reversão RTE 2015

No reajuste 2016, a ANEEL reconheceu, de forma destacada, como componente financeiro, os efeitos da cobertura proporcionada pela RTE - Revisão Tarifária Extraordinária 2015, homologada pela Resolução Homologatória nº 1858/15, relativos à CDE e Compra de Energia, os quais estavam sendo contabilizados anteriormente nas respectivas CVA CDE e CVA Compra de Energia.

No processo de reajuste tarifário anual da Companhia foi considerado um passivo de R\$ 6.573, devidamente atualizado pela SELIC, referente à receita faturada para o período de 2 de março a 21 de abril de 15, o qual foi deduzido do saldo das respectivas CVAs.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldos Iniciais	(2.838)	97.440
Constituição	(57.549)	(55.932)
Amortização	(15.576)	(54.196)
Remuneração financeira setorial	(1.605)	9.850
Saldos Finais Ativo (Passivo)	<u>(77.568)</u>	<u>(2.838)</u>

8. Impostos e contribuições diferidos

		<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social	(a)	7.349	15.324
Diferido ativo		7.349	36.661
Diferido passivo		-	(21.337)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	65.907	71.488
		<u>73.256</u>	<u>86.812</u>

Notas Explicativas

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo			
	30/09/2016		31/12/2015	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	21.614	5.404	45.070	11.268
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	21.614	1.945	45.070	4.056
		7.349		15.324

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	30/09/2016		31/12/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.288	25.288	24.856	24.856
Provisão contingências	40.692	40.692	39.784	39.784
Provisão arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	4.615	4.615	8.642	8.642
Receita de ultrapassagem	34.165	34.165	27.657	27.657
Outros	6.107	6.107	4.792	4.792
Total ativo	112.966	112.966	107.830	107.830
Passivo (-)				
Valor justo de derivativos financeiros	609	609	(1.020)	(1.020)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(55.888)	(55.888)	(30.422)	(30.422)
Ajuste da quota anual de amortização	(14.809)	(14.809)	(12.528)	(12.528)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(14.366)	(14.366)	(12.669)	(12.669)
Déficit plano previdenciário			-	-
Superávit plano previdenciário	(5.674)	(5.674)	(5.109)	(5.109)
Custo de captação	(1.224)	(1.224)	(1.012)	(1.012)
Total passivo	(91.352)	(91.352)	(62.760)	(62.760)
Total líquido	21.614	21.614	45.070	45.070

Notas Explicativas

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2015 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 11 de novembro de 2015, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Instrução CVM 371/02.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2016 e 2015.

	01/01/2016 a 30/09/2016		01/01/2015 a 30/09/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	142.077	142.077	160.248	160.248
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(5.581)	(5.581)	(5.816)	(5.816)
Juros sobre capital próprio	(28.599)	(28.599)	(33.595)	(33.595)
Base de cálculo	107.897	107.897	(120.837)	(120.837)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	26.974	9.711	30.209	10.875
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	177	64	330	119
Multas indedutíveis	2	1	-	-
Depreciação veículos executivos	149	54	212	76
Outras adições	538	195	153	55
	866	314	695	250
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(2.708)	(976)	(2.823)	(1.016)
Incentivo fiscal SUDENE	(13.814)	-	(18.918)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(727)	-	(798)	-
Outras exclusões	(18)	-	(86)	(24)
	(17.267)	(976)	(22.625)	(1.040)
Imposto de renda e contribuição social no período	10.573	9.049	8.279	10.085
Diferido de diferença temporária de RTT	-	-	(4.529)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	10.573	9.049	3.750	10.085
Corrente	4.800	6.970	3.253	8.275
Recolhidos e Pagos	4.942	6.614	8.454	10.767
Á pagar	-	356	-	-
Impostos antecipados a recuperar	(141)	-	(5.201)	(2.492)
Diferido	5.773	2.079	497	1.810
	10.573	9.049	3.750	10.085

Notas Explicativas

	01/07/2016 a 30/09/2016		01/07/2015 a 30/09/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	47.583	47.583	32.972	32.972
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(1.860)	(1.860)	(1.938)	(1.938)
Juros sobre capital próprio	(28.599)	(28.599)	(33.595)	(33.595)
Base de cálculo	17.124	17.124	(2.561)	(2.561)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	4.281	1.541	(640)	(230)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	129	47	258	93
Multas indedutíveis	2	1	-	-
Depreciação veículos executivos	77	28	53	19
Outras adições	75	27	6	2
	283	103	317	114
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(902)	(325)	(940)	(340)
Incentivo fiscal SUDENE	(2.392)		2.091	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(256)		(386)	-
Outras exclusões	(7)		(6)	1
	(3.556)	(325)	759	(339)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	1.008	1.319	436	(455)
Corrente	840	1.257	(5.153)	(2.467)
Recolhidos e Pagos	1.147	1.616	2.847	3.246
Á pagar	(166)	(359)	(2.848)	(3.246)
Impostos antecipados a recuperar	(141)	-	(5.152)	(2.467)
Diferido	168	62	5.589	2.012
	1.008	1.319	436	(455)

(b) Benefício fiscal – Ágio incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado.

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

9. Depósitos judiciais

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	9.310	8.326
Cíveis	2.511	2.538
Fiscais:	5.712	5.106
PIS / COFINS	3.587	3.306
Impostos municipais	971	694
CSLL	1.087	1.020
Outros	67	86
Total	<u>17.533</u>	<u>15.970</u>

Notas Explicativas

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e taxa SELIC para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

10. Concessão de serviço público

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

10.1 Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

Saldo em 01 de janeiro de 2015	389.194
Baixas	(154)
Amortização/reversão	54.541
Transferências	39.197
Saldos em 31 de dezembro de 2015	482.778
Baixas	(259)
Amortização/reversão	469
Transferências	(a) 68.919
Atualização / valor justo	25.469
Saldos em 30 de setembro de 2016	577.376

Notas Explicativas

- (a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota 20). A realização do WACC, sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado operacional do período.

Conforme mencionado acima, a Companhia adota como melhor estimativa de evolução do VNR o mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais. A Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015, de 23 de novembro de 2015 aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), passando a mesma a ser atualizada pela variação do IPCA (antes IGPM) entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

10.2 Intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Em 30 de setembro de 2016 foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 10.508 (R\$ 3.799 no mesmo período de 2015) cuja taxa média mensal de capitalização utilizada foi de 0,8675%.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

Notas Explicativas

	30/09/2016			31/12/2015		
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	4,68	1.450.980	(756.064)	(102.562)	592.354	571.981
Em curso						
Direito de uso da concessão		212.847	-	(47.143)	165.704	143.523
		1.663.827	(756.064)	(149.705)	758.058	715.504

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	1.333.096	(664.982)	(103.114)	565.000	135.508	(32.716)	102.792	667.792
Adições	-	-	4	4	202.692	(26.761)	175.931	175.935
Baixas	(6.522)	5.457	-	(1.065)	(124)	-	(124)	(1.189)
Amortizações	-	(68.592)	6.928	(61.664)	-	-	-	(61.664)
Transferências - Intangíveis	76.576	-	(8.270)	68.306	(76.576)	8.270	(68.306)	-
Transferências - Ativos financeiros	(390)	-	-	(390)	(63.701)	9.550	(54.151)	(54.541)
Transferências - Outros	1.790	-	-	1.790	(12.619)	-	(12.619)	(10.829)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.404.550	(728.117)	(104.452)	571.981	185.180	(41.657)	143.523	715.504
Adições	-	-	-	-	172.135	(13.566)	158.569	158.569
Baixas	(29.898)	25.929	-	(3.969)	(106)	-	(106)	(4.075)
Amortizações	-	(53.875)	5.762	(48.113)	-	-	-	(48.113)
Transferências - Intangíveis	73.490	-	(4.396)	69.094	(73.490)	4.396	(69.094)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	963	-	-	963	(75.531)	5.649	(69.882)	(68.919)
Transferências - Outros (b)	1.875	(1)	524	2.398	4.659	(1.965)	2.694	5.092
Saldos em 30 de junho de 2016	1.450.980	(756.064)	(102.562)	592.354	212.847	(47.143)	165.704	758.058

- (a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.
- (b) Refere-se às transferências de capitalização de encargos de juros sobre obras em andamento (transferência do Intangível em Curso para em Serviço) ocorridas no período e as transferências realizadas entre obras e estoques..

Notas Explicativas

11. Fornecedores

	30/09/2016	31/12/2015
Energia elétrica:	120.875	125.857
Terceiros	119.701	125.111
Partes relacionadas	1.174	746
Encargos de uso da rede	13.769	24.738
Terceiros	13.387	24.515
Partes relacionadas	382	223
Materiais e serviços	23.866	91.702
Terceiros	23.732	91.701
Partes relacionadas	134	1
Energia livre	15.473	14.157
	<u>173.983</u>	<u>256.454</u>
Circulante	158.510	242.297
Não circulante	15.473	14.157

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre no montante de R\$ 15.473, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

12. Empréstimos e Financiamentos

	30/09/2016			31/12/2015	
Composição da dívida líquida	Empréstimo	Custo de transação	Operações com swap	Total	Total
Moeda nacional					
BANCO DO BRASIL	120.302	(103)	-	120.199	115.823
BNB	11.864	-	-	11.864	24.750
BNDES	262.427	(565)	-	261.862	-
BNDES FINEM	-	-	-	-	287.632
CEF LPT 6	-	-	-	-	10.704
ELETROBRÁS	2.932	-	-	2.932	4.480
FINEP	7.451	(30)	-	7.421	10.360
CEF LPT 8	13.665	-	-	13.665	-
Total Moeda Nacional	<u>418.641</u>	<u>(698)</u>	<u>-</u>	<u>417.943</u>	<u>453.749</u>
Moeda estrangeira					
BANK OF AMERICA 2012 E 2013	-	-	-	-	14.264
CITIBANK	272.599	-	(75.206)	197.393	197.485
ITAÚ BBA - NDF DÓLAR E EURO					245.811
ITAÚ - 4131	242.118	-	13.735	255.853	-
Total Moeda Estrangeira	<u>514.717</u>	<u>-</u>	<u>(61.471)</u>	<u>453.246</u>	<u>457.560</u>
(-) Depósitos em garantia	(4.247)	-	-	(4.247)	(15.877)
Total empréstimos e financiamentos	<u>929.111</u>	<u>(698)</u>	<u>(61.471)</u>	<u>866.942</u>	<u>895.432</u>
Circulante	222.798	(298)	(6.745)	215.755	114.983
Não Circulante	706.313	(400)	(54.726)	651.187	780.449

Notas Explicativas

(a) Captações e renegociações de recursos no período

a.1) Caixa Econômica Federal - A Companhia captou o montante de R\$ 3.969 para financiamento de investimentos a serem realizados em 2016, proveniente do Contrato junto à Caixa Econômica Federal – Luz Para Todos nº 0415.845-96/2013, assinado em novembro de 2013.

a.2) Banco nacional de desenvolvimento econômico e social - BNDES - A Companhia captou o montante de R\$ 11.270 para financiamento de investimentos a serem realizados em 2016, proveniente do Aditivo Nº 7 Contrato de financiamento, referente abertura de limite de crédito rotativo Nº 13.2.0294.1 de maio de 2013, Subcréditos C7 e D7 assinado em novembro de 2014

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos:

Apurados com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia, como segue:

- Itaú: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2;
- Eletrobrás: Dívida Líquida / EBITDA $\leq$ 3,0

Apurados com base nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Neoenergia S.A. (garantidora), como segue:

- Citibank 4131: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.
- BNDES Finem 2009: Patrimônio líquido / Exigível total maior ou igual a 45%, EBITDA / Receita operacional líquida maior ou igual a 15%, EBITDA / Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2, Ativo Circulante / Passivo Circulante maior ou igual a 0,4.
- BNDES Finem 2013: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Os índices financeiros dos contratos firmados são apurados trimestralmente, com exceção do BNDES e Itaú, que devem ser apurados anualmente.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

Notas Explicativas

	30/09/2016			31/12/2015		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2017	84.002	(49)	83.953	219.801	(267)	219.534
2018	260.141	(135)	260.006	259.174	(160)	259.014
2019	163.694	(86)	163.608	161.100	(105)	160.995
2020	52.933	(46)	52.887	59.985	(59)	59.926
2021	52.320	(11)	52.309	51.959	(17)	51.942
Após 2021	42.743	(72)	42.671	44.918	(3)	44.915
Total obrigações	655.833	(399)	655.434	796.937	(611)	796.326
(-) Garantias depósitos vinculados			(4.247)			(15.877)
Total			651.187			780.449

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	95.356	329.020	(36.879)	273.791	661.288
Ingressos	-	106.371	100.000	120.000	326.371
Encargos	40.729	-	8.899	-	49.628
Variação monetária e cambial	(100)	1.980	16.088	147.440	165.408
Swap	-	-	(88.634)	(59.132)	(147.766)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(5.787)	431	(5.356)
Transferências	95.590	(95.590)	42.292	(42.292)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(133.710)	-	(18.657)	-	(152.367)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(1.837)	-	-	(1.837)
(-) Custos de transação	(204)	267	-	-	63
Saldo em 31 de dezembro de 2015	97.661	340.211	17.322	440.238	895.432
Ingressos	410	14.829	-	-	15.239
Encargos	27.738	-	10.528	-	38.266
Variação monetária e cambial	563	4.671	(15.175)	(92.962)	(102.903)
Swap	-	-	6.070	139.952	146.022
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	3.175	(1.546)	1.629
Transferências	48.967	(48.967)	157.081	(157.081)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(84.332)	-	(54.356)	-	(138.688)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	11.630	-	-	11.630
(-) Custos de transação	103	212	-	-	315
Saldo em 30 de setembro de 2016	91.110	322.586	124.645	328.601	866.942

13. Debêntures

	2016		
Debêntures	Debêntures	Custo de Transação	Total
5ª Emissão	100.000	(527)	99.473

Notas Explicativas

(a) Emissões e renegociações de debêntures no período

Em abril de 2016 a Cosern realizou a 5ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos com as seguintes principais características: (i) volume de R\$ 100.000; (ii) taxa de 118%% do CDI; (iii) prazo de 2 anos; (iv) amortização de principal *bullet* (v) juros semestrais.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

A escritura da 5ª emissão de debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A., como segue:

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4;

EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 1,5;

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Garantias

Para a 5ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2016		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2017	-	(439)	(439)
2018	100.000	(88)	99.912
	100.000	(527)	99.473

A mutação de debêntures no período é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	-
Ingressos	-	100.000	100.000
Encargos	8.310	-	8.310
Transferências	356	(356)	
Amortização e pagamentos de juros	(8.673)	(321)	(8.994)
(-) Custos de transação	7	150	157
Saldos em 30 de setembro de 2016	-	99.473	99.473

Notas Explicativas

14. Salários e encargos a pagar

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários	822	834
Encargos sociais	889	1.200
Provisões férias e 13º salário	4.485	1.727
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	2.766	1.811
Provisão PLR (a)	4.615	8.641
Total	<u>13.577</u>	<u>14.213</u>

- (a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O pagamento da PLR referente ao ano de 2015 ocorreu em abril de 2016.

15. Taxas regulamentares

	<u>Ref.</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(a)	5.373	7.822
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(b)	745	451
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(b)	508	226
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	16.254	13.244
Programa de Eficientização Energética - PEE	(b)	2.760	19
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	(c)	183	169
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	(d)	59	8.719
Total		<u>25.882</u>	<u>30.650</u>
Circulante		25.838	30.606
Não circulante		44	44

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

O saldo em aberto em 30 de setembro de 2016 refere-se às quotas mensais definitivas de CDE - Uso no valor de R\$ 2.763, para o período de junho a dezembro de 2016, conforme Resolução nº 2.077 de 07 de junho de 2016, sendo deduzido o valor de R\$ 102, referente as liminares ABRACE/ANACE, previstas no Despacho nº 1.576 de 14 de junho de 2016; CDE-ENERGIA no valor de R\$ 2.610 conforme Resolução nº 2.077 de 02 de fevereiro de 2016 e CDE-CONTA ACR no valor de R\$ 9.093 conforme Resolução nº 2.004 de 15 de dezembro de 2015.

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas.

Notas Explicativas

Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, conforme Despacho nº 1.033 de 27 de abril de 2016.

(d) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, de setembro/2016 aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

16. Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Imposto de renda - IR	4.801	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	6.970	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	42.072	43.575
Programa de integração social - PIS	2.061	2.488
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	9.551	11.642
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.336	1.560
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	358	438
Imposto sobre serviços - ISS	138	1.154
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.392	1.703
Outros	(11)	19
	69.668	62.579
Não circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	23	45
	23	45
Total	69.691	62.624

17. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável:

Notas Explicativas

	Contingências			Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	
Saldo em 01 de janeiro de 2015	28.892	8.298	6.207	43.397
Constituição	3.188	1.862	1.560	6.610
Baixas/reversão	(6.406)	(4.209)	(5.118)	(15.733)
Atualização	3.172	1.748	873	5.793
Saldo em 31 de dezembro de 2015	28.846	7.699	3.522	40.067
Constituição	2.339	1.681	45	4.065
Baixas/reversão	(3.475)	(3.999)	-	(7.474)
Atualização	1.473	2.495	180	4.148
Saldo em 30 de setembro de 2016	29.183	7.876	3.747	40.806
Circulante	3.517	4.420	120	8.057
Não circulante	25.666	3.456	3.627	32.749

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$17.503 (R\$ 14.446 em 31 de dezembro de 2015) em ações trabalhistas de naturezas diversas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.174.845 (R\$ 1.109.816 em 31 de dezembro de 2015) em ações cíveis de naturezas diversas com expectativa de perda possível.

Neste montante, destacamos os processos que envolvem a discussão de acordo celebrado com as Cooperativas de Eletrificação Rural no estado do Rio Grande do Norte, referente à transferência de acervos de energia elétrica, devidamente homologado pela ANEEL, que perfazem um montante de R\$ 1.074.841.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 275.348 (R\$ 270.847 em 31 de dezembro de 2015) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível.

Notas Explicativas

Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por (i) não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL estimados em R\$ 153.867 (R\$ 144.265 em 31 de dezembro de 2015); (ii) falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio R\$ 27.066 (R\$ 24.689 em 31 de dezembro de 2015); e (iii) ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para Companhia antes da privatização, estimados em R\$ 1.224 (R\$ 1.184 em 31 de dezembro de 2015).

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

18. Outros passivos

		<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Consumidores	(a)	18.844	22.770
Empréstimos compulsórios		293	293
Caução em garantia	(b)	18.887	16.149
Encargos CBEE		21	22
Adiantamentos recebidos		477	3.515
Outras		2.595	4.581
		41.117	47.330
Circulante		38.348	41.246
Não circulante		2.769	6.084

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de Universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

19. Patrimônio líquido

Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 179.787.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (em unidades)							
	Ações Ordinárias			Ações Preferenciais				Total
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A	118.961.939	91,70%	18.725.182	90,90%	16.062.793	90,60%	153.749.914	91,50%
Previ	1.854.848	1,40%	359.031	1,70%	382.135	2,20%	2.596.014	1,50%
Outros	8.929.432	6,90%	1.521.915	7,40%	1.276.753	7,20%	11.728.100	7,00%
Total	129.746.219	100,00%	20.606.128	100,00%	17.721.681	100,00%	168.074.028	100,00%

Notas Explicativas

Acionistas	R\$							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neenergia S.A	127.253	91,70%	20.030	90,90%	17.182	90,60%	164.465	91,50%
Previ	1.984	1,40%	384	1,70%	409	2,20%	2.777	1,50%
Outros	9.552	6,90%	1.628	7,40%	1.366	7,20%	12.545	7,00%
Total	138.789	100,00%	22.042	100,00%	18.957	100,00%	179.787	100,00%

As ações ordinárias têm a exclusividade de direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral, na proporção de um voto por ação.

As ações preferenciais classes "A" e "B": (i) terão direito ao recebimento de dividendos, por ação, no mínimo 10% superiores aqueles atribuídos às ações ordinárias (ii) fica assegurada, na forma da Lei, prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor de patrimônio líquido das ações, no caso de liquidação da Companhia, assegurando às ações preferenciais Classe "A" prioridade na distribuição de dividendo.

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 179.315 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente ao patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Até 30 de setembro de 2016, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada e disponível para capitalização por parte do acionista controlador monta R\$ 151.019 (R\$ 145.438 em 31 de dezembro de 2015).

b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 82.428, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2023, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no período findo em 30 de setembro de 2016 o valor de R\$ 13.814 (R\$ 18.918 em 30 de setembro de 2015) de incentivo fiscal SUDENE.

Notas Explicativas

b) Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2007 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2016</u>					
AGO de 26 de abril de 2016	Dividendos Adicionais 2015	92.540	0,5383172	0,5921489	0,5921489
RCA de 01 de agosto de 2016	JSCP 2016	28.599	0,1663619	0,1829981	0,1829981
RCA de 01 de setembro de 2016	Dividendos Intermediários 2016	33.456	0,1946208	0,2140829	0,2140829
		<u>154.595</u>			
<u>2015</u>					
AGO de 22 de abril de 2015	Dividendo Adicionais 2014	77.052	0,4482196	0,4930415	0,4930415
RCA de 19 de junho de 2015	Dividendo complementar 2014	10.213	0,0594106	0,0653516	0,0653516
RCA de 30 de setembro de 2015	JSCP 2015	33.596	0,1954290	0,2149719	0,2149719
RCA de 30 de setembro de 2015	Dividendos Intermediários	54.939	0,3195884	0,3515473	0,3515473
		<u>175.800</u>			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, é como segue:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	1.331	-
Declarados	154.595	52.405
Propostos	-	175.800
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(293)	(345)
Pagos no período	<u>(154.126)</u>	<u>(226.529)</u>
Saldo Final	<u>1.507</u>	<u>1.331</u>

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada. A Companhia reconheceu em 30 de setembro de 2016 o montante líquido de R\$ 239 (R\$ 621 negativo em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

20. Receita líquida

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

		Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	Ref.	30/09/2016	30/09/2015 (Reclassificado)	30/09/2016	30/09/2015 (Reclassificado)
Fornecimento de energia	(a)	351.192	342.066	1.055.890	954.923
Receita de distribuição		343.932	333.085	1.032.992	930.812
Remuneração financeira WACC		7.260	8.981	22.898	24.111
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	(b)	8.026	4.213	29.426	50.495
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	260.801	258.429	792.586	848.022
Receita de distribuição		255.414	251.573	775.398	826.610
Remuneração financeira WACC		5.387	6.856	17.188	21.412
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(d)	(2.287)	(21.544)	(73.125)	(33.775)
Receita de construção da infraestrutura da concessão		53.906	46.354	148.531	120.983
Outras receitas	(e)	3.106	6.345	47.355	35.809
Total receita bruta		674.744	635.863	2.000.663	1.976.457
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(238.127)	(226.574)	(727.406)	(667.758)
Total receita operacional líquida		436.617	409.289	1.273.257	1.308.699

(a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Consumidores:				
Residencial	255.595	244.156	795.863	749.373
Industrial	51.549	54.964	153.813	154.562
Comercial	137.693	144.432	428.328	432.293
Rural	36.749	34.731	97.008	97.637
Poder público	38.093	37.438	114.151	109.806
Iluminação pública	15.214	14.809	42.270	41.077
Serviço público	25.038	26.321	73.047	74.663
Fornecimento não faturado	(5.686)	(5.002)	(4.624)	(4.273)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo (*)	(242.243)	(244.398)	(744.333)	(805.218)
	312.002	307.451	955.523	849.920
Subvenção à tarifa social baixa renda	39.190	34.615	100.367	105.003
Total	351.192	342.066	1.055.890	954.923

(*) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/08, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

Notas Explicativas

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receita de uso - Consumidor livre	18.558	14.031	48.253	42.804
Receita de uso - Consumidor cativo (*)	242.243	244.398	744.333	805.218
	260.801	258.429	792.586	848.022

(*) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Parcela A				
Energia	(6.244)	(27.680)	(84.093)	(54.227)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(482)	4.814	14.965	23.391
Neutralidade dos encargos setoriais	(2.820)	12.403	(1.873)	1.184
Repasse sobrecontratação	11.801	(5.610)	8.589	1.481
Outras CVA's	(8.753)	(1.467)	(6.198)	8.008
Itens Financeiros				-
Descontos Tarifa Irrigação e aquicultura	-	-	-	3.433
Desconto Tarifa Autoprodutores	-	-	-	(8.520)
Energia Eletronuclear	(14)	(930)	(933)	(2.319)
Exposição Financeira	-	(3.159)	(4.466)	(2.189)
Desconto Rural	-	-	-	(4.153)
Outros itens financeiros	4.225	85	884	136
Total	(2.287)	(21.544)	(73.125)	(33.775)

Notas Explicativas**(e) Outras receitas**

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015 (Reclassificado)	30/09/2016	30/09/2015 (Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	920	207	4.710	543
Arrendamentos e aluguéis	3.565	7.649	10.477	10.520
Serviço taxado	903	729	2.432	2.177
Taxa de iluminação pública	841	1.169	3.416	3.362
Valor justo ativo indenizável da concessão (a)	6.616	6.019	25.469	18.857
Multa por inadimplência	(10.230)	(9.569)	-	-
Outras receitas	491	141	851	350
	3.106	6.345	47.355	35.809

(a) Conforme mencionado na nota 10, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR. Em 23 de novembro de 2015 a Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015 aprovou a revisão do índice de atualização da Base de Remuneração Regulatória (BRR) passando a ser utilizado o IPCA em substituição ao IGPM entre a data base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

(f) Deduções da receita bruta

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015 (Reclassificado)	30/09/2016	30/09/2015 (Reclassificado)
IMPOSTOS:				
ICMS	(124.521)	(118.408)	(378.939)	(360.245)
PIS	(10.480)	(7.988)	(35.941)	(27.189)
COFINS	(51.774)	(37.428)	(157.067)	(124.834)
ISS	(251)	(451)	(745)	(720)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1)	(2)	(4)	(4)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(43.428)	(49.252)	(130.212)	(107.824)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(1.900)	(1.647)	(6.589)	(5.145)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(760)	(659)	(2.636)	(2.058)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(380)	(329)	(1.318)	(1.029)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(760)	(659)	(2.636)	(2.058)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(3.766)	(3.724)	(10.798)	(7.469)
Encargos do Consumidor - CCRBT	(106)	(6.027)	(521)	(29.183)
Total	(238.127)	(226.574)	(727.406)	(667.758)

Notas Explicativas

21. Custos e despesas operacionais do serviço

(a) Custo de Energia Elétrica

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
	(Reclassificado)		(Reclassificado)	
Energia comprada para revenda				
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado - ACR	(119.118)	(108.723)	(342.459)	(307.483)
Energia adquirida contrato bilateral	(38.742)	(33.169)	(107.979)	(96.045)
Contratos por cotas de garantia física	(25.765)	(12.755)	(70.068)	(36.053)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(9.109)	(7.796)	(27.328)	(23.388)
Energia curto prazo – PLD	5.548	5.813	25.641	(28.354)
PROINFA	(5.695)	(2.921)	(17.585)	(12.466)
Ressarcimento de energia	173	2.214	1.691	19.161
Aporte CDE/ Conta ACR –CCEE	-	-	-	-
Créditos de PIS e COFINS	22.463	26.921	70.590	79.810
Encargos de energia de reserva – EER	(1.853)	(6.061)	(12.985)	(6.061)
Custos variáveis do MCP	(47.460)	(76.066)	(132.381)	(280.920)
	(219.558)	(212.543)	(612.863)	(691.799)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica	(12.767)	(12.771)	(39.716)	(40.117)
Encargos de conexão	(3.253)	(1.701)	(10.195)	(4.831)
Encargo de serviço do sistema – ESS	(12.104)	(20.359)	(31.750)	(44.368)
Encargos de energia de reserva - EER	(93)	4.293	(34)	6.889
Créditos de PIS e COFINS	1.514	1.351	4.523	4.147
	(26.703)	(29.187)	(77.172)	(78.280)
	(246.261)	(241.730)	(690.035)	(770.079)

(b) Custo de operação e despesas operacionais

Custo / Despesas	Período de nove meses findo em				30/09/2015
	30/09/2016				
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	
Pessoal	(37.666)	(14.992)	(22.045)	(74.703)	(67.384)
Administradores	-	-	(2.258)	(2.258)	(1.984)
Entidade de previdência privada	(1.820)	(587)	(887)	(3.294)	(2.955)
Material	(4.048)	(119)	(808)	(4.975)	(3.772)
Serviços de terceiros	(42.935)	(22.621)	(24.464)	(90.020)	(77.979)
Taxa de fiscalização –TFSEE	(1.609)		-	(1.609)	(1.516)
Indenizações		59	(8.421)	(8.362)	(10.867)
Depreciação e amortização	(40.640)	-	(6.819)	(47.459)	(49.568)
Arrendamentos e aluguéis	(34)	(8)	(790)	(832)	(736)
Tributos	(99)	(23)	(730)	(852)	(687)
Provisões líquidas - PCLD	-	(6.362)	-	(6.362)	9.738
Perdas conta a receber/consumidores	-	(4.182)	-	(4.182)	(20.369)
Provisões líquidas - contingências	-	-	3.409	3.409	5.255
Outras despesas (receitas) operacionais	6.535	(1.545)	(3.984)	1.006	408
Total custos / despesas	(122.316)	(50.380)	(67.797)	(240.493)	(222.416)

Notas Explicativas

Custo / Despesas	Período de três meses findo em				30/09/2015
	30/09/2016				(Reclassificado)
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(11.958)	(5.068)	(6.661)	(23.687)	(21.968)
Administradores	-	-	(755)	(755)	(438)
Entidade de previdência privada	(598)	(185)	(296)	(1.079)	(975)
Material	(1.346)	(72)	(300)	(1.718)	(1.342)
Serviços de terceiros	(15.994)	(6.610)	(7.550)	(30.154)	(27.225)
Taxa de fiscalização –TFSEE	(551)	-	-	(551)	(507)
Indenizações	-	50	(2.628)	(2.578)	(7.678)
Amortização	(13.980)	-	(2.243)	(16.223)	(18.492)
Arrendamentos e aluguéis	(11)	(7)	(285)	(303)	(284)
Tributos	(13)	(12)	(36)	(61)	(78)
Provisões líquidas - PCLD	-	(1.164)	-	(1.164)	14.693
Perdas conta a receber/consumidores	-	(1.786)	-	(1.786)	(19.155)
Provisões líquidas - contingências	-	-	790	620	5.517
Provisões atuariais	-	-	-	-	-
Outras despesas (receitas) operacionais	11.181	(671)	(1.774)	8.906	6.939
Total custos / despesas	(33.270)	(15.525)	(21.738)	(70.533)	(70.993)

22. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	Período de três meses findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/2016	30/09/2015 (Reclassificado)	30/09/2016	30/09/2015 (Reclassificado)
Renda de aplicações financeiras	8.900	4.288	25.558	11.167
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	5.140	6.997	12.245	18.442
Marcação a mercado da dívida swap	8.904	37.003	64.446	62.122
Variação cambial	753	-	161.893	41.214
Operações swap	767	113.798	39.496	194.468
Atualização depósitos Judiciais	-	(1.523)	716	(965)
Remuneração financeira setorial	226	1.814	-	7.528
Outras receitas financeiras	2.998	868	8.995	5.384
(-) PIS e COFINS s/receita financeira	(879)	(835)	(2.665)	(835)
	26.809	162.410	310.684	338.525

Despesas financeiras	Período de três meses findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/2016	30/09/2015 (Reclassificado)	30/09/2016	30/09/2015 (Reclassificado)
Encargos de dívida	(13.646)	(13.702)	(39.073)	(35.798)
Marcação a mercado da dívida swap	(11.422)	(37.337)	(71.285)	(62.742)
Variação cambial	(6.569)	(123.606)	(53.758)	(212.069)
Operações swap	(8.062)	-	(185.518)	(48.414)
IOF	(513)	(459)	(735)	(1.245)
Encargos P&D/PEE	(216)	(392)	(1.126)	(1.324)
Remuneração financeira setorial	(1.230)	-	(1.605)	-
Atualização contingências	(1.177)	(934)	(4.148)	(3.856)
Outras despesas –Variação monetária	(2.307)	(2.200)	(3.816)	(5.301)
Outras despesas financeiras	(1)	(1.020)	(1.741)	(2.749)
	(45.143)	(179.650)	(362.805)	(373.498)

Notas Explicativas

23. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Por empresa	Ref.	Resultado	Ativo			Circulante	Total
			Circulante	Não circulante	Total		
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a)	(1.326)	-	-	-	205	205
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a)	(817)	-	-	-	126	126
RIO PCH I S.A.	(a)	(820)	-	-	-	127	127
SE NARANDIBA S.A.	(b)	(2.410)	-	-	-	353	353
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(b)	(41)	-	-	-	5	5
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRAELÉTRICA S.A.	(a)	(4.633)	-	-	-	716	716
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(g)	(401)	47	-	47	-	-
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(g)	(555)	65	-	65	-	-
AMARA BRASIL	(c)	(941)	-	-	-	134	134
TELES PIRES	(a)	(4.387)	-	-	-	678	678
FASERN	(h)	(3.294)	348	4.589	4.937	-	-
Controladores							
BB - BANCO INVESTIMENTO S/A	(c) / (d)/(e)	(14.413)	13.656	-	13.656	120.338	120.338
NEOENERGIA S.A	(f)	(142)	-	-	-	24	24
OUTROS MINORITÁRIOS		-	-	-	-	1.508	1.508
Em 30 de setembro de 2016		(34.180)	14.116	4.589	18.705	124.214	124.214
Em 30 de setembro de 2015		(29.814)					
Em 31 de dezembro de 2015		-	1.390	5.107	6.497	23.719	118.624

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica, aprovados pela ANEEL com vigência até 2040.
- (b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), com vigência até 2027 corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (c) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras com vigência até 2021 corrigidos mensalmente com base no CDI.
- (d) Debêntures Aplicação/Emissão - Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.
- (e) Serviço de arrecadação de faturas de energia com Banco do Brasil com vigência até 30/06/2017
- (f) Contrato de locação de imóveis, com vigência até 2018, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (g) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), com vigência até 2046, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Notas Explicativas

(h) Contrato de benefício com a Fasern com vigência por tempo indeterminado.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

23.1 Remunerações da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o período findo em 30 de setembro de 2016, é de R\$ 2.298 (R\$ 2.005 em 30 de setembro de 2015) e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os Benefícios de Curto Prazo, os Benefícios de Longo Prazo e as verbas decorrentes das rescisões contratuais.

Observado o regime de caixa, a AGO realizada em 26 de abril de 2016 aprovou o montante de até R\$ 3.051 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2016. Até setembro o montante pago foi de R\$ 2.777, dos quais R\$ 887 refere-se a indenizações por rescisões contratuais que pela natureza não remuneratória e sim indenizatória, não foram computados no montante da remuneração global anual aprovada pela AGO.

24. Instrumentos Financeiros e Gerenciamentos de Riscos

Considerações gerais e de políticas internas

A administração dos riscos da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia, aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Companhia executa suas operações.

Dentre os objetivos dispostos na Política Financeira estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira; utilização de derivativos com propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros; financiamento dos investimentos com Bancos de Fomento; alongamento de prazos; desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

Adicionalmente a Companhia monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Gestão do capital social

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Em 30 de setembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Notas Explicativas

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação e por isso, classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – (a) Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado; (b) Títulos e valores mobiliários representados por fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) – está classificado como disponível para venda, por tratar-se de uma categoria residual, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro ao final do período da concessão no resultado operacional do período.
- Valores a Compensar da Parcela A e Outros Itens Financeiros – decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros itens financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, são classificados como empréstimos e recebíveis.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos e financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
 - ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação.
 - ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.
- Instrumentos Derivativos - são mensurados a valor justo por meio do resultado. A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do período.
 - ✓ Operação de “hedge” (utilizando swap dólar para CDI) para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado 31/09/2016
					Moeda Estrangeira (Em milhares)		Moeda Local				Valor a receber / recebido - a pagar/pago
					2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Contratos de swap:											
Ativa	Bank Of American	08/04/2011	06/05/2016	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a. 107,85% do CDI	-	USD 5.599	-	R\$21.865	-	37.634	17.973
Passiva									-	15.757	
									-	21.877	
Ativa	Banco Citibank	03/12/2013	03/12/2018	117,65% * (USD Libor 3M+0,97% a.a.)	USD 24.332	USD 34.517	R\$ 78.988	R\$134.783	272.658	318.303	(16.543)
Passiva				CDI - 104,5% a.a.					(197.330)	197.548	
								Risco	(122)		
									75.170	120.755	
Ativa	Banco Itaú	03/12/2014	01/12/2017	USD 6M LIBOR + 2,89% a.a.	USD 1.446	USD 2.671	R\$ 4.694	R\$10.430	25.703	29.758	(1.011)
Passiva				111% do CDI					(21.027)	20.246	
									(42)		
									4.670	9.512	
Ativa	Banco Itaú	09/03/2015	06/03/2017	USD + 3,6120% a.a. 106,35 % do CDI	USD 1.327	USD 4.117	R\$4.308	R\$16.075	65.116	78.698	(6.138)
Passiva									(60.605)	62.704	
									(11)		
									4.500	15.994	
Ativa	Banco Itaú	11/03/2015	11/09/2017	USD + 3,4117% a.a. 107,71% do CDI	USD 615	USD 3.374	R\$1.997	R\$13.176	62.727	74.660	(6.502)
Passiva									(60.476)	62.633	
									(6)		
									2.245	12.027	
Ativa	Banco Itaú	11/03/2015	11/09/2017	USD + 4,9294% a.a. 117,98% do CDI	USD 3.800	USD 275	R\$12.336	R\$1.075	44.923	49.695	
Passiva									(56.974)	50.686	
									(181)		
									(12.232)	(991)	
Ativa	Banco Itaú	11/03/2015	11/09/2017	USD + 4,9412% a.a.	USD 3.981	USD 288	R\$(12.294)	R\$1.124	44.270	49.695	(12.221)
Passiva				118% do CDI					(56.905)	50.623	
									(247)		
									(12.882)	(928)	
									61.471	178.246	(12.221)

Notas Explicativas

Valor Justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

	30/09/2016		31/12/2015	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	467.661	467.661	524.064	524.064
Contas a receber de clientes e outros	467.661	467.661	524.064	524.064
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	-	-	-	-
Mantidos até o vencimento	2.096	2.096	1.125	1.125
Títulos e valores mobiliários	2.096	2.096	1.125	1.125
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	228.776	228.776	253.920	253.920
Caixa e equivalentes de caixa	226.260	226.260	250.878	250.878
Títulos e valores mobiliários	2.516	2.516	3.042	3.042
Disponível para venda	577.376	577.376	482.778	482.778
Concessão do Serviço Público – (Ativo financeiro)	577.376	577.376	482.778	482.778
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	609.584	609.584	691.488	691.488
Fornecedores	173.983	173.983	256.454	256.454
Empréstimos e financiamentos	413.696	413.696	437.872	437.872
Debêntures	99.473	99.473	-	-
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(77.568)	(77.568)	(2.838)	(2.838)
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	453.246	453.246	457.560	(178.246)
Empréstimos e financiamentos	514.717	514.717	635.806	-
Derivativos	(61.471)	(61.471)	(178.246)	(178.246)

A Companhia entende que o valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando

Notas Explicativas

características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do swap.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos nesta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	30/09/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	-	577.376	577.376
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	226.260	-	-	226.260
Títulos e valores mobiliários	2.516	-	-	2.516
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos	-	514.717	-	514.717
Derivativos	-	(61.471)	-	(61.471)
	<u>228.776</u>	<u>453.246</u>	<u>577.376</u>	<u>1.259.398</u>

Fatores de risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de

Notas Explicativas

caixa, possui em 30 de setembro de 2016, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 146.022 (R\$ 146.054, resultado positivo em 30 de setembro de 2015).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar		Alta do	3,2462	517.364	(2.730)	(3.413)	(4.095)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar (\$)	Dólar		518.044	3.068	3.835	4.602
Exposição Líquida					338	422	507

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores (índices de preços) associados aos empréstimos, financiamentos e debêntures, como também sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Grupo Neoenergia não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco, no entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 30 de setembro de 2016, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 77.797 (R\$ 93.522 em 31 de dezembro de 2015) registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Notas Explicativas

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	-	223.015	7.555	5.735	3.872
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	14,1%	120.302	4.349	5.368	6.363
Swap – ponta passiva	CDI	Alta do CDI	14,1%	453.317	16.582	20.484	24.300
Empréstimos e financiamentos	TJLP	Alta da TJLP	7,5%	169.813	4.108	4.904	5.700
Dívida em Selic	SELIC	Alta da SELIC					

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do exercício. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o exercício no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 223.523 sendo R\$ 222.505 em fundos exclusivos e R\$ 1.018 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

30/09/2016									
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 3 meses	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:									
Empréstimos e financiamentos	928.413	1.176.458	53.982	296.202	437.194	189.712	77.949	64.470	56.949
Debêntures	99.473	120.432	-	14.328	106.104	-	-	-	-
Fornecedores	173.983	173.983	158.510	-	-	-	-	-	15.473
Passivos financeiros derivativos									
Citibank	(75.206)	(101.101)	4.978	16.484	(122.563)	-	-	-	-
Itaú	13.735	14.482	13.300	(4.646)	-	5.828	-	-	-

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades-fim da Companhia, o que conta a receber de clientes e outros.

Notas Explicativas

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros, conforme demonstra abaixo:

	30/09/2016	31/12/2015
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	226.260	250.878
Títulos e valores mobiliários	2.516	3.042
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	554.743	604.784
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	(77.568)	(2.838)
Mantidos até o vencimento	2.096	1.125
Disponível para venda		
Concessão do serviço público – Ativo financeiro	577.376	482.778

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota 12 b).

25. Obrigações com benefícios pós-emprego e outros benefícios

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia efetuou contribuições a FASERN no montante de R\$ 586 (R\$ 518 em 30 de setembro 2015).

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo relacionados aos planos previdenciários e assistencial:

	30/09/2016	31/12/2015
Benefícios previdência	4.896	5.373
Circulante	347	1.390
Não circulante	4.549	3.983

Notas Explicativas

26. Eventos subsequentes

a) Declaração de Juros Sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 03 de outubro de 2016 a declaração de Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$ 14.299 correspondentes a R\$ 0,0831809501 por ação ordinária e R\$ 0,0914990451 por ação preferencial classe A e B.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Natal - RN

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador (BA), 10 de novembro de 2016

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva

Contadora CRC-1BA 022.650/O-0